

namento os trabalhos do período da tarde não teria sentido, e foram também cancelados. Encaminhamentos e Propostas da Comissão: Cancelamento dos trabalhos no dia de hoje. Deliberação do Plenário: Não há matéria para deliberação do plenário. A reunião foi encerrada às 10h20. Coordenação e Relatoria: Valéria da Silva Reis Ribeiro. Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP AMPLIADA. Dia: 14/04/2015, Horário: das 09h00 às 12h10; Conselheiros Presentes: Poder Público - Gabriela Biazzi Justino da Silva, Claudia Elizabete da Silva Sociedade Civil; Valéria da Silva Reis Ribeiro, Natanael de Jesus Oliveira, Jose Luiz da Silva, Maria Aparecida Nery, Ausências Justificadas: Carlos Nambu, Cassia Goreti da Silva, Valéria Cristina Lopes Princz, Daniel Martins Silva, Zorobabel Mendes Rodrigues, Walter Antonio Morato, Maia Aguilera Franklin de Matos. Conselheiros Ausentes: Maurício de Góis Dantas, Marisa Altomare Ariento, Fabio Alves Correia Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Daiane S. Liberi Convidados: Maria Nazareth Cupertino e Alcyr Barbin Neto – Fórum da Cidade. Pauta 1: LEITURA DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLAS 2014/2017 (Proteção Social Especial - Média e Alta Complexidade) Justificativas, Observações ou Parecer da Comissão: (Relato circunstanciado) Foi pontuado que, considerando a relevância da discussão sobre o Plano, a presença de poucos Conselheiros e Conselheiras é negativa. Após, a Conselheira Coordenadora iniciou os trabalhos, relembrou a metodologia definida para discussão do PLAS (na primeira parte, leitura conjunta do Plano com destaques e leitura das contribuições colhidas em Audiência e, na segunda parte, a realização dos debates). Foi realizada análise da seção do Plano referente à Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade. Na primeira parte da reunião, sobre as contribuições colhidas em Audiência Pública, debateu-se: 1) Proposta de vincular o Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua à Secretaria Municipal do Trabalho em razão dos orçamentos limitados da SMADS: A Comissão pontuou que existem dois serviços distintos: os Serviços de Inclusão Social e Produtiva e os Centros de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua (ambos previstos nas Portarias 46 e 47 do SMADS). Discutiu-se se tais serviços não se sobrepõem àqueles englobados pelo Pronatec POP Rua e se há sentido em comprometer verbas da assistência social com esses serviços - ou seja, se eles são serviços típicos da assistência social e estão dentro do seu escopo. A Comissão avaliou que há necessidade de aprofundar a discussão sobre tais serviços. Assim, a proposta é solicitar à SMADS informações mais detalhadas sobre os serviços a fim de colher novos elementos para subsidiar discussão mais aprofundada pelo COMAS. 2) Proposta de divulgação de vagas CAT no Centros de Acolhida: Foi discutido que é uma questão de gestão do serviço cuja definição não cabe ao Plano. 3) Proposta de ampliação de serviços de bagageiros e Proposta de implantação de novos Centro Pop, Centro de Acolhida para retaguarda de SEAS e SEAS novos: Foi discutido que não formulamos diagnóstico de cidade que inclua uma leitura dos territórios, o que impede um juízo sobre a implantação de novos serviços de acordo com esse critério territorial. O PLAS não traz de forma coesa e completa tal diagnóstico. Como o Atlas foi apresentado após o Plano, o Conselho precisa se apropriar desse referencial. A indicação de serviços em territórios, então, será uma segunda etapa, que depende desse aprofundamento com base no diagnóstico da cidade. 5) Proposta de repensar como quantificar as metas dos convênios de abordagem (se por abordagem ou por pessoa): A Comissão sugere o encaminhamento dessa discussão para a instância do COMAS em que se discutirá as Portarias 46 e 47, porque extrapola o âmbito do plano. 6) Proposta de enfrentamento da violência de policiais perpetradas contra pessoas em situação de rua e de implementar maior limpeza e manutenção dos albergues: A Comissão avaliou que, a despeito da importância desses pontos, essa questão também extrapola o debate sobre o plano. Foi discutido que isso recai sobre problemas de gestão e de supervisão dos serviços. A sugestão de encaminhamento é oficializar SMADS sobre tais denúncias e também remeter para discussão das Portarias 46 e 47 (questão dos recursos materiais e humanos). Além disso, que se remeta a questão da violação de direitos ao Comitê Pop Rua. 7) Proposta de implantação de Centro de Convivência em Campo Limpo e descentralização do SEAS em Campo Limpo: Sugestão da Comissão é a mesma referente ao ponto 4. 8) Proposta de solicitar que SMADS realize a adequação dos Centros de Acolhida ao SUAS, à LOAS e à Política Nacional da População em Situação de Rua e proposta de protocolos de ações intersecretariais: Foi discutido pela Comissão que o PLAS não aponta ações e planejamento para promover essa adequação e que é necessário que o COMAS tenha uma posição em relação a esse problema estrutural, porque o PLAS não traz avanços nesse sentido, de discussão de modelos. Assim, é necessário solicitar à SMADS um detalhamento do planejamento em relação a tais adequações, para conectar essa discussão ao PLAS. Na segunda parte, de discussão a partir dos destaques, a Comissão avaliou o que segue: 1) É necessário inserir legislação pertinente no início do texto (na parte do texto que trata da introdução sobre a política municipal). 2) Embora os títulos dos quadros dessa parte do plano se referiam, no seu título, a "serviços", eles listam serviços e projetos. Assim, é necessário corrigir os títulos dos quadros e identificar projetos e serviços. Além disso, não estão listados os Complexos Boraceia, Zachi Narchi, Prates e Arsenal da Esperança. 3) Incluir informações sobre território (inserir coluna com as regiões de cada projeto/serviço). 4) Inserir informações sobre o ano de 2013 (incluir diagnóstico sobre as mudanças 2013/2014). 5) Incluir quadro da situação atual da rede estatal (serviços de execução direta que compõem a rede proteção social especial).

6) Não consta o serviço de Família Acolhedora. É necessário incluir. 7) Em relação ao CREAS, SMADS precisa detalhar qual a particularidade enunciada no texto. Não se trata apenas de uma questão de recursos humanos, mas de desenho do serviço (gestão e metodologia de trabalho). É importante apontar que hoje há apenas um CREAS de gestão estatal de fato. Essa descrição e diagnóstico é importante porque ele revela a necessidade de adequação de modelo do CREAS. Além disso, deve haver uma estratégia para realização dessa adequação aos parâmetros do SUAS. 8) Em relação ao CREAS Pop, é necessário descrever metodologia atualmente utilizada e adequações necessárias previstas. 9) Em relação ao Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social: havia discussão sobre encerramento do projeto (é corrente o diagnóstico de que não tem sido eficaz em atender o público definido de acordo com seus objetivos). Em razão disso, entende-se que é necessário SMADS informar, no plano, qual é a posição sobre essa questão. 10) No tocante ao SIMASE, é necessário adequar redação e incluir detalhamento sobre a elaboração do plano. A Conselheira Gabriela irá propor nova redação, que será encaminhada à Comissão. 11) Em relação ao CDCM, avaliou-se que é necessário que o Plano descreva melhor o serviço. 12) No que se refere ao Centro-dia para Idosos, a Comissão avaliou que é preciso dirimir algumas dúvidas, pois não está claro se é serviço ou projeto. 13) Quanto ao CRD (Centro de Referência e Defesa da Diversidade), retomou-se histórico de criação do serviço e discutiu-se sobre qual o critério para caracterizá-lo como proteção especial (antes, estava na proteção básica). Discutiu-se que não há justificativas consistentes para essa caracterização como serviço da proteção especial, pois o público atendido não necessariamente tem histórico de fragilização ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários. Por isso, necessário pedir mais informações à SMADS. 14) Em relação ao Centro de Acolhida para mulheres em situação de violência, avaliou-se que o serviço está descrito de modo muito sucinto, sendo necessário mais detalhes. Mesma observação foi feita quanto às ILPIs.

15) Sobre o Serviço de alta complexidade para pessoas em situação de rua, a sugestão é a supressão da palavra pernoite,

já que esses serviços não se resumem ao pernoite (há outros tipos de acolhimento provisório; o pernoite é uma das modalidades, que será descrita mais a frente no texto). Além disso, há a crítica de que a descrição do serviço não inclui um diagnóstico da situação real. Esse diagnóstico é fundamental, pois a partir dele é que é possível elaborar o planejamento para aperfeiçoar o serviço e superar os problemas. 16) Quanto ao Projeto De Braços Abertos, apontou-se que não é um projeto da Assistência, mas sim um programa intersecretarial que tem ações da assistência (ações de abordagem, já contempladas em outra parte do texto). Dessa forma, não deve entrar no plano como projeto (embora possa ser apontada sua existência na parte de abordagem). Sugestão é de supressão. 17) Em relação ao tópico "contribuições para os próximos quatro anos", sugere-se outra redação, já que papel do gestor não é o de mero elaborador de sugestões e sim o de estabelecer metas. Essa parte do texto precisa de mais concretude, pois está muito ampla e genérica. Além disso, propõe-se que se identifique com mais precisão o que é meta e o que é estratégia. 18) No tocante ao Projeto Família em Foco, apontou-se que os dois anos do projeto se esgotaram. No entanto, SMADS publicou Edital como serviço, embora mas não houvesse uma oficialização dessa mudança e comunicação ao COMAS. Avaliou-se que essa questão precisa ser resolvida. Além disso, esse assunto deve estar na parte de descrição dos serviços e projetos. Essa última consideração vale também para o Autonomia em Foco. 19) Outro serviço que precisa ser detalhado é o Casa Lar. 20) Como comentários mais gerais, avaliou-se que, sobre a rede socioassistencial, é necessário separar o que é execução direta e o que é conveniado, pois isso é uma questão central para a discussão sobre o SUAS. Além disso, é necessário separar, em todos os quadros, projetos e serviços. Também é necessário que sejam incluídos dados referentes ao ano de 2013, trançando um panorama das mudanças e permanências da rede municipal entre esse ano e 2014. Ao final da reunião, foi realizada a leitura de contribuições apresentadas ao COMAS. O Fórum da Cidade (representado pela Sra. Nazareth) protocolou documento com considerações sobre o PLAS e leu, na reunião, o documento. Além disso, analisou-se documentos com contribuições do FAS e da SAS de São Mateus. Encaminhamentos e Propostas da Comissão: Considerando que a primeira etapa foi cumprida (identificação pela Comissão dos pontos sensíveis no Plano), os encaminhamentos são os seguintes: i) Secretaria Executiva irá encaminhar solicitação de informações à SMADS a partir das observações da Comissão elaboradas na reunião de hoje (incluindo as contribuições apresentadas pelo FAS, pelo Fórum da Cidade e pela SAS São Mateus). Deliberação do Plenário: Não há matéria para debate. Pauta 2: OFÍCIO Nº 009/COORDENAÇÃO POP RUAS/SMHDC/2015 - Informou-se que o COMAS recebeu ofício solicitando que o Comitê Pop Rua seja ouvido quanto ao PLAS. Encaminhamentos e Propostas da Comissão: Encaminhar ofício, com minuta do PLAS em anexo, solicitando análise e parecer do comitê no prazo de 30 dias (no que diz respeito à população em situação de rua). Deliberação do Plenário: Não há matéria para debate. Coordenação: Valéria da Silva Reis Ribeiro e Relatoria: Gabriela Biazzi Justino da Silva. Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP AMPLIADA – Dia: 16/04/2015, Horário das 09h00 às 17h00. Conselheiros Presentes: Poder Público - Claudia Elizabete da Silva, Gabriela Biazzi Justino da Silva; Sociedade Civil: Valéria da Silva Reis Ribeiro, Natanael de Jesus Oliveira, Jose Luiz da Silva, Ausências Justificadas: Carlos Nambu, Cassia Goreti da Silva, Carlos Nambu, Valeria Cristina Lopes Princz, Daniel Martins Silva, Zorobabel Mendes Rodrigues, Walter Antonio Morato, Maia Aguilera Franklin de Matos. Conselheiros Ausentes: Maria Aparecida Nery, Maurício de Góis Dantas, Marisa Altomare Ariento, Fabio Alves Correia. Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Daiane S. Liberi, Pauta 1: LEITURA DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLAS 2014/2017 (Coordenadoria de Parcerias e Convênios). Antes de iniciar a discussão sobre o PLAS, a Comissão foi informada que foi remetido ofício ao COMAS (nº 524/SMADS/GAB/2015, em resposta ao ofício do COMAS nº 108/2015), no qual SMADS informou que foi realizada reunião com as Supervisões de Assistência Social Regionais no dia 28/10/2014 no ESPASO e reunião para apresentação do Plano com presença do COMAS e FAS, no dia 30/10/2014 na UNINOVE. No ofício, SMADS afirmou o entendimento de que a organização e convocação das entidades sociais para as Audiências Públicas realizadas na Câmara seriam de atribuição do COMAS, em razão de seu papel de controle social. A Comissão avaliou que tal entendimento não é positivo e desfavorável ao controle social. Após, adotando a metodologia já estabelecida anteriormente, a Comissão iniciou a discussão do PLAS (parte referente à coordenadoria de parcerias e convênios). Na discussão pela Comissão, foram feitas as seguintes considerações: 1) Inserção de informações de organizações em banco informatizado: para a Comissão, não ficou explicado o que seriam esses bancos informatizados (se seriam novos ou os sistemas já existentes) e se foram bancos novos, quais as justificativas para sua criação e os objetivos envolvidos. 2) Normas de prestação de contas: necessidade de indicar mais detalhadamente quais são essas normas. 3) 1º Quadro do tópico ("Cadastro de organizações sociais"): é importante que as siglas sejam de mais fácil compreensão (incluir um quadro com explicação das siglas). Além disso, seria importante incluir os percentuais. 4) Os dados desse tópico apenas trataram o ano de 2014. É importante que tragam também dados de 2013, para não omitir esse diagnóstico. 5) Questão da distribuição de convênios por regiões da cidade: importante ter dois quadros, um referente à proteção especial e outro referente à proteção básica, discriminando por região e indicando o número de serviços (de forma a desvelar um diagnóstico mais aprofundado sobre a distribuição dos serviços na cidade, que permita relacionar com os tipos de demanda de cada território). Outra questão é que, em razão do critério ser a sede, há uma distorção na percepção (pode ser que a sede seja em um local e o serviço oferecido em outro). Como resolver isso? O texto tem que ser melhorado, trazendo dados sobre essa relação entre sede/locais de atuação, pois a redação está insuficiente. 6) Especificar o que é cadastro, certificação, matrícula. 7) Relação da Política de Assistência Social com outras políticas públicas. Quais são elas? Especificar de quais outras políticas são tais entidades e melhorar a redação. 8) SISORG. "(...) desde a criação do SISORG em 2012 até este exercício (...)" De qual exercício se está falando? Especificar qual esse ano de referência. 9) Quadro da organizações canceladas/indiferidas. Incluir 2013. 10) Sobre o parágrafo que fala do CENTES: ainda se refere à SEMPLA (necessário atualizar essa informação em razão da reforma secretarial recentemente promovida, indicando qual a secretaria que hoje coordena o sistema). Além disso, é necessário indicar quando foi criado o CENTES e especificar sua relação com os outros bancos, bem como seus objetivos e finalidades. 11) SISORG: Há informações conflitantes quanto ao número de entidades inscritas no sistema. São 418 (página 53) ou 499 (página 46)? Proposta de suprimir a informação sobre inscrições pendentes, porque esse é um dado que muda muito rapidamente (não há motivo para mantê-lo no PLAS). 12) Quadro de capacidade de atendimento por proteção. De 2013 para 2014, não há crescimento (só de 2011 para 2013 - e de 2011 para 2014, de forma geral). No texto acima do quadro, entretanto, fala-se em evolução. Necessário aperfeiçoar a redação, estabelecendo o corte temporal de forma mais específica (só assim é possível falar em expansão). Outro aspecto a ser aprofundado é o que seria a capacidade de atendimento (estamos falando em capacidade de atendimento, com base nos editais, ou em volume efetivo de atendimento?). 13) Quadro de números de convênios por regiões. Sugestão é que se insira coluna por proteção (básica e especial) e que se separe por regi-

ões (na redação atual, há junção de algumas regiões com critérios que não se sustentam). É possível, inclusive, que a reordenação de dados dessa forma impacte na análise de distribuição pela cidade. 14) Quadro de número de convênios. Incluir dados de 2013. 15) Quadro de convênios por entidade. Proposta é que acrescente todas as entidades (e não só as de grande porte). Quadro não tem ano de referência (é preciso detalhar). Além disso, é necessário incluir dados por proteção e também quais regiões atende (não precisa discriminar, apenas indicar as regiões). 16) Tópico prestação de contas. É necessário incluir a relação com as entidades, que é a fonte primária de coleta de informações (o que não impede o fato de informações ser coletadas via SAS). 17) Tópico "Contribuições para os próximos quatro anos". Definir quais são os quatro anos e também modificar a expressão "contribuições" (substituir por "metas"). Quanto ao "curto prazo", definir exatamente o período ao qual corresponde. O mesmo vale para os demais (médio, longo). 18) Tópico sobre metas de curto prazo. Especificar quais são os mecanismos de divulgação dos processos de conveniamento e colocar a realização disso como meta. Essa divulgação tem qual amplitude? É interna? Ou junto às entidades e aos conselhos? Qual é o papel do mecanismo? É um mecanismo ou um plano de divulgação? 19) "Participar do processo de revisão da Resolução 528/2011/COMAS". Essa meta está inadequada. Uma melhor elaboração seria: "Articular ações junto aos conselhos de controle social para contribuir com processos de análise de inscrições e semelhantes". 20) Meta de elaborar e divulgar fluxos: Acrescentar outros aspectos, como divulgação de informações sobre os fluxos, e ressaltar cooperação com os conselhos. 21) Falta um planejamento para capacitar equipes da SAS para emitir pareceres e analisar entidades de forma mais qualificada, a fim de subsidiar o controle do COMAS. 22) Qualificar controle de editais de chamamento: necessário detalhar do que se trata. 23) Solicitar definição de curto, médio e longo prazo. Suprimir do PLAS a proposição de revisão das atribuições da coordenadoria, pois não deve constar no plano. 24) Questionar qual a justificativa de criação de um novo banco de dados, se já existe o SISORG. 25) Necessário detalhar qual o plano de transferência de informações e contemplar a proposta deste Conselho. 26) Divulgação de planilhas por meio eletrônico. Isso significa que não há acompanhamento? O ideia seria aprimorar o processo. Qual é a forma de acompanhamento da SMADS junto a SAS, já que as planilhas de custeio fazem parte dos termos de convênio? 27) Inserir informações sobre entidades inscritas. Mesma observação do item acima. 28) Manual e cadernos de orientações (inclusive sobre adaptações referentes ao MROSC) é uma meta importante. 29) Questão das contrapartidas para organizações que possam permissão de uso de área municipal. Sugestão é que essa definição de critérios envolva discussão com a sociedade civil, que seja uma construção coletiva. 30) Questão da elaboração de estudos e propostas relativas às verbas de implantação e aluguéis. Pontuou-se que a questão da verbas de implantação envolve revisão das Portarias 46 e 47, sendo que a questão das verbas de aluguéis não está contemplada nessas normas (se não há previsão de que tal mudança ocorra, então pode ser suprimido do texto). 31) O que é "uso de próprio municipal"? Precisa ser explicado o que é. Se estiver falando de levantamento de organizações que usam imóveis municipais, perguntava-se se esse levantamento ainda não existe. Além disso, questiona-se qual o sentido de isso estar num plano (se for esse o sentido do texto, é melhor suprimir). 32) Organização de equipe. Isso quer dizer ampliar recursos humanos? Se sim, é uma meta. Se não, é algo muito genérico e aberto. 33) Mesma observação acima foram feitas em relação às demais estratégias. É necessário rever as estratégias, pois são muito genéricas e não acrescentam informações relevantes ao PLAS. 34) Subsidiar uma Assessoria Externa na implementação de ações de fomento. Também está insuficientemente explicado. 35) Tópico de resultados e impactos esperados. Também precisa de aperfeiçoamento. "Demais atores": definir quem são. Também não se fala dos impactos da política (mesmo como "coordenadoria-meio", deve-se amarrar as ações a esses aspectos finais da política). Garantia de manutenção dos convênios firmados: essa meta também está um pouco solta (seria necessário ficar mais evidente a correlação metas/resultados esperados). Recomendação é rever esse tópico. 36) Faltou detalhar melhor a questão da incorporação do MROSC na cidade. É algo que deve atingir diversas metas e isso precisa ficar evidente no PLAS, pois haverá impacto considerável. Após, foi realizada a análise das contribuições colhidas em Audiência Pública: 1) Coletivo de São Mateus. A comissão entendeu que os pontos apontados foram contemplados na discussão, com exceção da regulamentação de atribuições da UPC, trabalho de assessoria da SAS e revisão participativa da Portaria 05, que serão contemplados no pedido de informações para SMADS. Encaminhamentos e Propostas da Comissão: Tendo em vista o ofício de SMADS, a Comissão encaminhará a questão para o CDA, a fim de que esse discuta e avalie o processo de divulgação do PLAS e de discussão ampla junto à sociedade civil, considerando os papéis de SMADS e COMAS. Quanto à discussão do PLAS, decidiu-se que a Secretaria Executiva irá encaminhar pedido de informações para SMADS quanto aos pontos apontados na discussão. Deliberação do Plenário: Não há matéria para deliberação do plenário. Coordenação: Valéria da Silva Reis Ribeiro e Relatoria: Gabriela Biazzi Justino da Silva. Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP AMPLIADA. Dia: 17/04/2015, Horário Das 09h00 às 17h00. Conselheiros Presentes: Poder Público - Claudia Elizabete da Silva, Gabriela Biazzi Justino da Silva, Cassia Goreti da Silva; Sociedade Civil - Valéria da Silva Reis Ribeiro, Natanael de Jesus Oliveira, Jose Luiz da Silva, Carlos Nambu. Ausências Justificadas: Cassia Goreti da Silva, Carlos Nambu, Valeria Cristina Lopes Princz, Daniel Martins Silva, Zorobabel Mendes Rodrigues, Walter Antonio Morato, Maia Aguilera Franklin de Matos. Conselheiros Ausentes: Maurício de Góis Dantas, Marisa Altomare Ariento, Fabio Alves Correia, Walter Antonio Morato. Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Daiane S. Liberi. Pauta 1: LEITURA DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLAS 2014/2017 (Gestão de Benefícios). A Conselheira Coordenadora Valéria faz uma breve explanação sobre os trabalhos dos dias anteriores. O Conselheiro Natanael registrou que não houve presença de convidados dos fóruns na reunião de hoje (embora tenha sido divulgado). Definiu-se que a Proteção Básica será discutida em nova reunião, em data a ser marcada. Em seguida, durante a manhã, iniciou-se a leitura do PLAS, focando-se na parte da Coordenadoria de Gestão de Benefícios (CGB/SMADS), segundo a metodologia adotada por essa Comissão para análise do plano (leitura e destaques, seguida de discussão e consideração das contribuições). Após, na parte da tarde, foi analisado a parte referente à Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial. Iniciou-se a primeira parte da discussão, sobre o tópico de CGB. Foram realizadas as seguintes considerações: 1) "Alívio imediato da condição de pobreza". Sugestão de supressão desse trecho, pois remete a um repertório vocabular assistencialista, sem agregar muito ao texto (além disso, nos parágrafos seguintes, essa função fica expressa). Também foi sugerido que se suprimisse a palavra "espectro". Outra sugestão de redação é trocar "indutores" por "além de oportunizarem acesso a outros programas (...)" 2) Explicitar o ano de criação de CGB. 3) Os benefícios eventuais e o item calamidades públicas não estão citados. Fazer um parágrafo sobre a questão, pois não aparece no texto. Foi explicado que a gestão dos benefícios eventuais faz parte da proteção básica. No entanto, como esse tópico trata de benefícios, é importante explicitar essa divisão. 4) Sugestão de incluir CNAS no parágrafo que fala das diretrizes do MDS seguidas pela CGB. 5) Sobre a situação atual e desafios, é necessário indicar os marcos tempo-

rais. 6) Sobre a tabela "Total de beneficiários por programa na cidade de São Paulo", incluir também o ano de 2014. Além disso, há a sugestão de que insira tabela com dados do BPC. 7) Inserção de texto sobre Pacto de Aprimoramento do SUAS, estabelecendo a relação entre esse e as metas do PLAS. Também há sugestão de inserir as deliberações das Conferências (essas relações, na verdade, deveriam permear o texto como um todo ou estar numa parte introdutória). 8) Corrigir o nome da SEDS. 9) Comprovação de matrícula: inserir que se trata de matrícula em escola. 10) Separar um tópico para o PETI e um para Ação Jovem (foram colocados no mesmo), bem como detalhar um pouco mais cada um deles. 11) Quanto ao BPC, é necessário detalhar, caracterizar e indicar sua relação com INSS (operacionalização). 12) Sugestão de utilizar os dados de PNAD de 2013. 13) Sugestão de exemplificar estratégias e ações intersecretoriais. 14) Sugestão de inserir os dados de 2013 e 2014 (quanto às famílias cadastradas no CADÚnico). 15) Atualizar o texto com os dados de 2014 (quanto ao número de entrevistadores, etc) e a forma de ação. 16) Tabela de total de cadastros: inserir o significado das siglas dos bancos de dados. 17) "Contribuições". Substituir por metas. 18) Sugestão quanto às metas: contemplar os programas faltantes (ao menos citar, ainda que sejam programas cuja atribuição não envolvam tantas atribuições do Município). Em seguida, passou-se à discussão sobre as contribuições colhidas em Audiência: 1) Contribuições de SAS São Mateus. Considerou-se que as propostas 1 e 2 devem ser contempladas. Quanto à proposta 3 (participação e representação dos trabalhadores do SUAS), sugere-se encaminhar um ofício para SMADS como recomendação geral para a construção da política no município (mas não entra como proposta para o PLAS). Quanto à proposta 4, sugestão é encaminhar ofício para SMADS (para a Secretária) para que ela emita parecer sobre o assunto. 2) Contribuição do FAS. Entendeu-se que foi contemplada na discussão da Comissão. Após, a Comissão realizou a discussão sobre o tópico da Vigilância Socioassistencial. Considerou-se que é necessário: 1) Verificar a NOB SUAS 2005 e remeter a ela. 2) Incluir nota de rodapé sobre Infocidade. 3) Incluir Apresentação anual do diagnóstico da Vigilância Socioassistencial, principalmente no ano de conferência, com indicativo de linguagem popular e que seja parte integrante das etapas das conferências. 4) Apresentar contribuições do diagnóstico para LDO, LOA, PPA; construção do plano da assistência social, monitoramento das deliberações das conferências. 5) Acrescentar que as informações devem ser levadas para as áreas, entidades, trabalhadores e usuários. 6) Acrescentar que Vigilância deve se articular ao Pacto de Aprimoramento. 7) Encaminhar ofício para SMADS solicitando informações sobre quando será apresentado o plano de capacitação (dirigir ao gabinete). 8) Sobre as informações sobre rede de atendimento socioassistencial, indicar o marco temporal a que se refere. 9) Portarias 46 e 47: Colocar portarias administrativas-técnicas-financeiras, já que o número pode mudar eventualmente. 10) Questão dos dados do "mapa falado": como são dados muito importantes para o controle social, é necessário constar no texto que seja remetidos ao COMAS. 11) Em relação ao SISCR, é necessário pedido de informações (em especial, sobre por que ficar restrito às unidades estatais a expansão do sistema?) 12) Observatórios Locais de Supervisões de Assistência Social: Acrescentar que dados serão remetidos ao COMAS. 13) Sobre o tópico "Contribuições", é necessário substituir por metas, conforme observado em relação às demais partes do plano. Além disso, a divisão entre resultados, metas, estratégias está um pouco nebulosa. Necessário aperfeiçoar. 14) Metas: definir de qual área são as metas. 15) Explicar o que é o tópico "60 definições de áreas de abrangência" de CRAS. 16) Detalhar a questão das metas referentes à capacitação (DEMES). 17) Explicar o que é base cartográfica MDC. 18) Em relação à questão de fortalecer a sistematização de dados primários, é necessário explicar melhor do que se trata. Mesma observação quanto à contratação de consultor (explicar objetivo, papel, etc). 19) Detalhar as metas de CPMT. 20) Em relação ao primeiro item, esclarecer qual é o público dessas capacitações. 21) Na página 61 consta que foi criado o Comitê Permanente de Pesquisa. Necessário indicar quando será instituído. 22) Em relação à CGPI, necessário indicar metas ou resultados esperados. 23) Separar as metas em curto, médio e longo prazo, especificando o período a que cada um dos prazos corresponde. É necessário que SMADS defina um padrão de construção do planejamento, para que as coordenadorias trabalhem com um mesmo modelo, de forma a garantir mais racionalidade ao trabalho da gestão e ao PLAS. 24) Em relação aos Observatórios locais das SAS, há a mesma dúvida sobre o que seriam metas e o que seriam resultados. Em seguida, foram analisadas as propostas de SAS São Mateus. 1) Estratégia de descentralização dos setores do COPS: encaminhar para a Secretaria (estratégia de governo). 2) Elaboração de Política de Educação Permanente: Oficiar secretária conjuntamente com a proposta do Conselheiro Carlos de que seja apresentado um plano geral de capacitação. Demais propostas serão encaminhadas para ESPASO, quando fizermos a leitura. Encaminhamentos e Propostas da Comissão: 1) Secretaria Executiva encaminhar ofício com as questões levantadas nessa discussão, a fim de subsidiar a discussão posterior pelo Conselho. Encaminhar o documento com todas as alterações para o gabinete, com o objetivo de dar conhecimento à Secretária e que ela encaminhe e defina com as coordenadorias a padronização do formato de apresentação do Planejamento. 2) Cancelada reunião da CPP do dia 24 de abril, após retomarmos calendário normal. Deliberação do Plenário: Não há matéria para deliberação do plenário. Coordenação: Valéria da Silva Reis Ribeiro e Relatoria: Gabriela Biazzi Justino da Silva. Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP - 15/05/2015, das 14h00 às 17h00. Conselheiros Presentes: Sociedade Civil: Natanael de Jesus Oliveira. Ausências Justificadas: Valeria Cristina Lopes Princz, Maria Aparecida Nery, Carlos Nambu, Daniel Martins Silva, José Luiz da Silva, Zorobabel Mendes Rodrigues, Cássia Goreti da Silva, Walter Antonio Morato, Claudia Elizabete da Silva, Gabriela Biazzi Justino da Silva. Conselheiros Ausentes: Fabio Alves Correia, Marisa Altomare Ariento. Convidados: Ricardo de Lima (Fórum de Assistência Social - FAS). Assessoria Técnica (Secretaria Executiva): Daiane S. Liberi. Não houve reunião, por falta de quorum. Encaminhamentos e Propostas da Comissão: Não há Deliberação do Plenário: Não há matéria para debate. Coordenação: Natanael de Jesus Oliveira. A pauta seguinte refere-se a Comissão do Controle Social do Bolsa Família – CCBF, no entanto, a sra. Coordenadora Gabriela informou que não houve relato, mas que a reunião contou com a participação dos Conselheiros Natanael e Marília, para desenvolver estratégias de acompanhamento das verbas dos IGDs. E como proposta de encaminhamento, foi consenso com a CFO de que a matéria será mais detalhada pela CFO, no que diz respeito aos recursos utilizados dos IGDs, portanto, será encaminhado para a comissão de finanças, para que haja um questionamento mais qualificado. Carlos propõe que será importante identificar quanto este conselho tem no IGD PBF e SUAS, para elaborar um plano de execução. A Comissão Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social, na representação do seu Coordenador Carlos Nambu, resumidamente informa que aconteceram duas reuniões, contudo não há relato, pois não teve a relatoria. Já iniciou-se a construção do calendário para a realização das Audiências Públicas do Conferir, previstas para o período de 01 de julho a 12 de agosto, nas macros regiões. Informou que no dia 28 haverá uma reunião no CONSEAS onde a pauta será a definição de vagas para a conferência estadual, e isso será matéria para podermos construir a distribuição de vagas para o município ter representação na Conferência Estadual. Próxima pauta será para discutir a programação e regimento interno na conferência